

# A Internacional Comunista na interpretação dos trotskistas brasileiros

**Alzira Campos**

Professora Titular do Programa em Ciências Humanas  
da Universidade de Santo Amaro–São Paulo

**Luiz Antonio Dias**

Professor do Programa de História  
da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

**Marilia Godoy**

Professora do Programa em Ciências Humanas  
da Universidade de Santo Amaro–São Paulo

### **A Terceira Internacional na interpretação dos trotskistas brasileiros**

**Resumo:** A Terceira Internacional surgiu como o partido da revolução mundial, como um centro apto a coordenar os diversos partidos comunistas na obra revolucionária dos países europeus e, como decorrência, nos países coloniais. Tratava-se de quebrar as fronteiras nacionalistas, consideradas como instrumentos da burguesia contra a classe trabalhadora. A ideia de uma revolução vitoriosa implicava, na visão revolucionária imperante, a união de todos os operários em uma pátria proletária. A adesão entusiasta dos comunistas à Internacional Comunista foi interrompida pela opção de Stálin pela revolução em um só país, razão primeira a explicar a dissidência dos trotskistas em relação aos ortodoxos do PCB. Este artigo analisa esse fato, em suas implicações ideológicas e práticas, à luz da interpretação registrada em documentos da lavra dos próprios dissidentes.

**Palavras-chave:** 1. Terceira Internacional; 2. Partido Comunista do Brasil; 3. Trotskismo

### **The Third International in the interpretation of Brazilian Trotskists**

**Abstract:** The Third International emerged as the national revolution party, a center able to coordinate the diverse communist parties in the revolutionary work of the European countries and, as a consequence, in the colonial countries. It was about breaking the nationalist frontiers, considered as instruments of the upper class against the working class. The idea of a victorious revolution implicated, in the ruling revolutionary vision, the union of all the labor workers in a proletarian nation. The enthusiastic adhesion of the communists to the Communist International was interrupted by Stalin's choice for the revolution in a single country, the first reason to explain the dissidence of the trotskists in relation to the PCB orthodox. This article analyzes this fact, in its practical and ideological implications, to the light of interpretation registered in documents which belonged to the dissidents themselves.

**Keywords:** 1. Third International; 2. Brazilian Communist Party; 3. Trotskyism

**D**iversas correntes de defesa do internacionalismo floresceram amplamente no século XIX, em especial nos embates entre capital e trabalho, durante os quais puseram-se a nu as condições degradantes dos trabalhadores frente a seus patrões em várias partes do mundo. A necessidade de uma reforma profunda das estruturas sociais levou a soluções diversas, inspiradas em propostas de socialistas, anarquistas ou comunistas. Apesar das diferenças, todas essas correntes concordavam que a transformação social deveria ter caráter internacional. Como política incontornável, portanto, estaria a união de todos os trabalhadores na luta comum para a destruição da sociedade de classes.

A política internacionalista se desenvolveu no momento em que o capitalismo entrava na sua fase mais aguda, a do imperialismo, que estendeu a ideia do estado nacional aos seus limites extremos: à dominação mundial, com os seus corolários inevitáveis de guerras para o controle de mercados. Em contraste aos nacionalismos em marcha para a conquista de zonas de influência, lideranças proletárias participaram de três grandes e conflituosas experiências de organizações internacionais, a última das quais exerceu influência decisiva na organização política da massa trabalhadora latino-americana. O presente artigo analisa uma parte da história desta última a partir dos testemunhos deixados pelos primeiros ativistas filo-trotskyistas brasileiros. Trata-se de uma análise da documentação sobre a formação da Liga Comunista Internacionalista e sua interpretação da Terceira Internacional e da Oposição e Esquerda liderada por Leon Trotsky.

## A Terceira Internacional

Vladimir Ilyitch Lenin e Leon Trotsky fundaram em Paris, em 1919, a Terceira Internacional, conhecida também como Internacional Comunista (IC), que ambicionava ser o partido internacional da revolução mundial, com seções “nacionais”. Essa organização se afirmava como continuidade da Primeira Internacional (*International Workingmen’s Association*), estabelecida por Karl Marx em Londres, em 1864, e da Segunda Internacional, Socialista, organizada por marxistas em Paris em 1889. Nos primeiros anos depois do seu aparecimento, a IC teve uma existência tumultuada, pois atraiu para o seu seio um grupo heterogêneo de adeptos: alguns vinham da Segunda Internacional Socialista e simpatizavam com a intransigência do *Comintern* diante dos compromissos com regimes capitalistas; outros eram pacifistas que haviam se oposto à entrada de seus países na Primeira Guerra Mundial e levavam a sério a ideia de que a guerra deveria ser combatida por só interessar aos interesses da burguesia; participavam, ainda, os anarcossindicalistas que viam na Revolução de 1917 a conquista da máxima: um mundo “sem pátria, nem patrão” (ALEXANDER, 1991, p. 1).

Lideranças da Revolução de Outubro, por sua vez, divergiam entre si a respeito da a organização internacional seguir ou não a lógica do partido governado pelos princípios do “centralismo democrático” seguidos pelo Partido Comunista (Bolchevique) da União Soviética. Esse cenário inicial tornou-se mais complexo com o acirramento produzido pelo processo que culminou na expulsão da Oposição de Esquerda do partido russo em meados dos anos 1920 e, no início de 1929, no exílio forçado de Leon Trotsky da União Soviética sob as ordens de Joseph Stálin. Deste momento até seu assassinato por um agente da GPU em 1940, Trotsky despendeu suas energias tentando organizar um novo movimento internacional político (*Ibid.*, 1991, p. 1).

Este artigo se insere no quadro acima delineado e analisa, na diversificada atividade das organizações da esquerda no Brasil, o papel destes conflitos na fragmentação político-partidária local. Para tal, investiga a documentação produzida pelos primeiros simpatizante das ideias de Leon Trotsky em São Paulo nos anos 1930. A pesquisa visa contribuir para o entendimento da

questão ideológica assumida pelos dissidentes de esquerda brasileira ao longo do tempo e os motivos de sua ruptura com o partido comunista nacional.

O presente estudo filia-se a um grupo de historiadores contemporâneos que valorizam a presença de trotskistas como segmento crítico da esquerda no Brasil, ao mesmo tempo em que se contrapõem às ideias de que as ideias de opositores da esquerda seriam reacionárias (FERREIRA, 2005, p. 15-16). Para tal, parte do argumento de que, do mesmo modo como a disciplina partidária impediu o debate da esquerda comunista sobre a revolução social, expurgando de seus quadros os “heterodoxos”, parte da historiografia deixou-se contaminar por uma lógica da pesquisa histórica que renega as versões de autoria de dissidentes, marginalizados e perseguidos no interior da esquerda; prejudicando, como decorrência, a compreensão histórica do tema. Tendo em vista essas circunstâncias, os motivos da ruptura dos trotskistas com a IC são reapresentados nas palavras dos próprios opositores de esquerda, registradas em documentação numerosa presente em arquivos policiais ou em acervos próprios.

### Os primórdios das dissensões na versão dos trotskistas

“Sou um opositorista de esquerda. Pertencço à fração leninista do Partido, do qual sou aderente há sete anos. Colocado entre dois fogos, entre duas polícias – a polícia oficial da burguesia e a polícia stalinista dos burocratas dirigentes – devo resignar-me a esta imposição da história: lutar até o fim contra a burguesia e os seus servidores conscientes ou inconscientes, diretos ou indiretos. A burocracia stalinista vem mostrando, cada vez mais, a sua corrupção moral” (ARISTIDES LOBO, s/d, FLBX. CEDEM/UNESP).

A formação do Partido Comunista do Brasil concorreu com a incapacidade dos movimentos socialistas e anarquistas de organizar a massa trabalhadora, segundo as demandas provocadas pelo aumento populacional e o processo de industrialização no início do século XX (CHILCOTE, 1982, p. 23-24).<sup>1</sup> Além

---

<sup>1</sup> Chilcote vincula sua análise sobre o PCB às correntes teóricas que explicam o surgimento de partidos políticos por crises históricas unidas às exigências políticas das classes trabalhadoras, e àquelas chamadas “desenvolvimentistas”, que relacionam a formação do partido ao processo de modernização (cf. CHILCOTE, 1982).

disso, os esforços brasileiros para organizar o comunismo se baseavam em exemplos europeus. O estudo de Chilcote exalta o papel de Luís Carlos Prestes como a personalidade brilhante que dominou o PCB, embora este, ao contrário dos outros partidos brasileiros, não se mostrasse desorganizado, indisciplinado ou ideologicamente fraco, quando muito marcado “por uma certa ineficácia durante a maior parte de sua história”. Do ponto de vista organizativo, o PCB pode ser visto como conservador em sua atividade política, assumindo frequentemente uma postura socialdemocrata, embora, pelo menos em uma ocasião – em 1935 –, tenha sido levado a uma guinada revolucionária (*Ibid.*, 1982, p. 23-24). Essa interpretação pode ser melhor esclarecida quando cotejada com a versão que os próprios dissidentes deram aos acontecimentos, ao travar discussões tenazes sobre “certa ineficácia” do Partido, vista por eles como erros e desvios profundos dos princípios marxista-leninistas.

As fontes revelam que a Oposição de Esquerda no Brasil nasce da decisão do PCB em acatar a diretiva do Sexto Congresso da Internacional Comunista, de 1928, quanto ao “obreirismo”, que significava forçar a entrada de operários na direção dos partidos comunistas, levando a uma proletarização dos seus quadros dirigentes. Sob a influência direta do Bureau Sul-Americano da Terceira Internacional, a antiga direção foi praticamente toda afastada e substituída por indivíduos qualificados como “operários”. Assim, o PCB foi atrelado definitivamente às orientações da IC na época (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 51). No contexto de lutas operárias e acontecimentos do período, os debates intelectuais foram intensificados e projetados sobre a ação direta de um grupo de ativistas a partir de 1928, como mostram os documentos.

### Os congressos da Internacional Comunista e o PCB

A IC emergiu como um centro com a finalidade de coordenar os diversos partidos comunistas em sua atividade política, inicialmente nos países europeus e, posteriormente, nos países coloniais. Em 1920 reuniu-se o II Congresso da Internacional, que manteve a tomada revolucionária do poder como objetivo central dos comunistas, e discutiu a organização do movimento em países “não capitalistas”, enfatizando a necessidade de conscientização política de operários

e camponeses. Com o retorno de Moscou de militantes brasileiros que representaram o Brasil nesse e nos demais congressos da IC ou que foram para a “pátria dos trabalhadores” aprender com a experiência revolucionária, o caráter da revolução brasileira foi definido como “operário e camponês”, adquirindo matizes diferentes, de acordo com movimentos políticos e sociais que sacudiam o país sem, contudo, abandonar o conteúdo “democrático-burguês” (*Ibid.*, 1987, p. 28-29).

Em 1921, Leon Trotsky abriu o III Congresso da Internacional Comunista, com um relatório de análise da crise econômica mundial e o reconhecimento que a revolução mundial não ocorreria a curto prazo. Por esse motivo, afirmava, os partidos comunistas deveriam conquistar a classe operária, processo para o qual apontava a fórmula política da frente única. Esta continha um método de agitação e de mobilização popular, de preparação revolucionária, diretiva essa que foi acentuada por três congressos seguintes da IC. A partir do quinto desses encontros, iniciou-se um processo distinto, de “stalinização” do Estado soviético e da Internacional. O sexto congresso, realizado em 1928, definiu como diretriz a política de “classe contra classe” e, conseqüentemente, a rejeição da fórmula política da frente única.

Neste período, os comunistas brasileiros realizaram três congressos: em 1922, 1925 e 1928-1929 (*Ibid.*, 1987, p. 28-29). O I Congresso realizou-se nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói, nos dias 25, 26 e 27 de março de 1922, e foi marcado pelo internacionalismo. Abílio de Nequete foi eleito como secretário-geral do Comitê Central, pois ele era o delegado de Porto Alegre, onde existia o grupo comunista mais antigo e forte. Na reunião, esse grupo representava cumulativamente o *Bureau* da Internacional Comunista para a América do Sul e o Partido Comunista do Uruguai. Em julho, com a renúncia de Nequete, assumiu o Secretariado Geral Astrojildo Pereira, que se impôs como o principal dirigente do PCB até novembro de 1930, quando foi afastado (VINHAS, 1982, p. 9).

O II Congresso reuniu-se no Rio de Janeiro, de 16 a 18 de maio de 1925, com os objetivos de publicar um jornal proletário – o futuro *A Classe Operária* –, definir os novos estatutos do partido, a reorganização das células de empresa, e, principalmente, da Juventude Comunista, criada em janeiro de 1924. Este congresso realizou a primeira tentativa de análise sistemática da formação social

brasileira, levantando a tese do choque entre agrarismo e industrialismo: o primeiro representante do imperialismo inglês, o segundo do imperialismo norte-americano.

O III Congresso, por sua vez, instalou-se na sede da Federação Operária do Rio, em Niterói, entre os dias 29 de dezembro de 1928 e 4 de janeiro de 1929. Os 31 delegados presentes levantaram a tese política da continuidade revolucionária, entendida como a inevitabilidade da “terceira revolta”, proletária, após os movimentos pequeno-burgueses de 1922 e 1924. Para as tarefas de agitação e propaganda os comunistas voltaria sua atuação para os sindicatos operários, lutando pela unidade do movimento sindical e combatendo a política anarcossindicalista e o espírito corporativista dos trabalhadores. A importância de São Paulo foi ressaltada, como o maior centro operário, popular, econômico e cultural do país. Além disso, o congresso expressou sua solidariedade à Revolução de Outubro, sinalizando uma linha internacionalista.

As debilidades do partido, até então, referiam-se à concepção deste como organização de quadros e não de massas, um doutrinário pelo qual se pensava que bastaria a inscrição de uma palavra de ordem no programa para que ela se realizasse e uma visão estreita e sectária da política das alianças da classe operária com outras forças políticas (cf. VINHAS, 1982). Esse último ponto teria sido responsável pela marginalização dos comunistas na Aliança Liberal, pela derrota eleitoral de 1930, bem como pela indiferença inicial do partido em relação aos movimentos tenentistas, que desembocariam na Coluna Prestes e na Revolução de 1930. Esta orientação teria levado os comunistas brasileiros a uma compreensão fatalista da crise econômica e da inevitabilidade de uma “terceira revolta”, de tipo proletário, compreensão que favoreceu uma orientação política de tipo “golpista”, que acabou resultando no levante de 1935 (VINHAS, 1982, p. 10).

### A Internacional Comunista e as primeiras dissidências do PCB

Em 1930, o PCB sofreu uma intervenção da IC que submeteu Astrojildo Pereira a uma violenta crítica e remanejou o grupo dirigente. A aplicação da



resolução que pregava a “bolchevização” dos partidos resultou no afastamento de intelectuais da direção partidária. O sectarismo obreirista do PCB tinha origem na guinada política empreendida pelo VI Congresso da Internacional Comunista, que orientava centrar fogo na socialdemocracia e propugnava a luta de “classe contra classe” (*Ibid.*, 1982, p. 11-17). Além disso, o VI Congresso teorizou sobre o “terceiro período”, da crise do capitalismo, dividindo os países em três blocos. O primeiro, formado por países de capitalismo altamente desenvolvido, prontos para a ditadura do proletariado. O segundo, por países de nível médio, que deveriam partir para conquistas democrático-burguesas antes que a revolução se tornasse socialista. Por último, estavam os países coloniais, semicoloniais e dependentes, que precisariam de etapas preparatórias para ascenderem à ditadura do proletariado, passando da revolução democrático-burguesa e depois para a revolução socialista. Tais países – entre eles o Brasil – teriam que ser auxiliados em sua marcha revolucionária pela União Soviética em razão de sua incapacidade de chegarem sozinhos à ditadura do proletariado (KAREPOVS, 1996, p. 26-28). Essa posição foi contestada por uma parte dos ativistas, o que levou às primeiras dissidências que afastavam como simplistas explicações que, muito tempo depois, marcariam as lutas por poder no interior do PCB e no entrechoque de suas personalidades.

Também em 1930 foi realizada a primeira conferência internacional dos trotskistas, em meio a problemas graves: a luta contra stalinistas e as rivalidades de alguns círculos da oposição (BROUÉ, 1987, p. 11-12). Os anais dessa conferência ajudam na compreensão da controversa questão sobre o papel que a Internacional exercia sobre o PCB, demonstrando que os opositores eram conscientes de que a previsão dos stalinistas sobre a iminência da revolução proletária estava equivocada. Entendiam eles que os dirigentes comunistas no Brasil, ao decretarem a “radicalização”, pareciam se esquecer da importância do papel que o fator subjetivo desempenhava no curso dos acontecimentos (KAREPOVS, 1996, p. 4).

Em defesa da fundamentação ideológica das primeiras dissidências, Aristides Lobo lamenta as “invenções” introduzidas no programa da IC depois da morte de Lenin. A que estava mais em moda era a da “revolução agrária e anti-imperialista”, como etapa para a revolução proletária. Segundo Lobo, os burocratas diziam que os “pobres diabos” latino-americanos ainda estavam

muito atrasados, “quase na idade da pedra lascada” e, sendo assim, não resolviam certos problemas que já possuíam solução nos países mais adiantados da Europa desde o século XIX. Não se tratava, pois, “de instituir a ditadura do proletariado, mas de instituir, sem ela, o regime soviético”. Para isso, a IC criara a receita “revolução agrária e anti-imperialista”, uma “aliança política e ideológica com a pequena burguesia” (“dos quartéis”, acresce Lobo) e “marchar separadamente combatendo juntos o inimigo comum” (LOBO, 1931, p. 1-6).

A Primeira Conferência Nacional da Liga Comunista aconteceu em São Paulo alguns anos depois, em maio de 1933. O objetivo principal da reunião foi o de discutir as resoluções da Pré-Conferência Internacional da Oposição de Esquerda. Esse foi o encontro mais importante da Liga e foi realizado num momento em que os opositoristas passavam por um dilema crucial: deveriam continuar como fração do Partido Comunista, integrados à IC, ou deveriam se declarar como um partido independente e, portanto, pensar na realização de uma nova Internacional?

Por uma dessas raras e felizes circunstâncias na pesquisa histórica, a documentação relativa à Conferência Nacional conservou-se na sua inteireza. O Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (CEDEM-UNESP) guarda as 54 páginas datilografadas das atas da reuniões, além de numerosos estudos, relatórios e teses sobre os assuntos tratados, dando conta do intenso sistema de trabalho dos opositoristas, do universo de relações e das forças em confronto no interior da Liga. Os historiadores têm, pois, ocasião de verificar não apenas o que foi dito, mas a maneira como foi dito. As explicações a seguir baseiam-se nesse documento e procuram, por meio da transcrição literal de vários de seus trechos, reproduzir a fala dos dissidentes comunistas, em seu estilo apaixonado.

Em seu primeiro dia, a Conferência contemplou os tópicos seguintes: situação internacional; questão nacional; questão agrária; oposição e partido; questão sindical; URSS; imperialismo; jornal; campanha eleitoral; relatório geral da atividade da LC e relatório sobre a tesouraria; estatutos; eleição da Comissão Executiva; escolha do delegado à Conferência Internacional. Estavam presentes os seguintes militantes: “Camilo” (Xavier), “Miguel” (Pedrosa), “Djalma” (Rosini), “Francisco” (Pinheiro), “Leônidas” (Lobo), “Sérgio” (Pintaúde), “José” (Matheus), “Lopes”, “Ruivo”, “Neif” e um simpatizante (ATAS DA PRIMEIRA,

1933). Pedrosa, designado como relator da situação internacional, discrimina vários tópicos, à luz de teses de Trotsky. Segundo ele, o Partido na Espanha não soubera como se portar e as últimas notícias diziam que foi tentada uma fusão entre o PC e o PS, contando com 3 mil e 4 mil aderentes, respectivamente. Na Inglaterra, uma ala esquerda do *Labour Party* se radicalizara, tomando atitudes democráticas. As palavras de ordem da II Internacional estavam arrastando as massas. Por outro lado, existia o movimento fascista. Na França, o PS estava demagogicamente arrastando as massas e se apresentava como substituto do PC. Na União Soviética, já se iniciara o movimento “termidoriano” e a Oposição de Esquerda deveria demonstrar o seu apoio a movimentos insurrecionais que ali se produzissem. A questão da União Soviética ocupa as preocupações dos camaradas. A respeito, Pinheiro manifesta-se contra a ideia, que já havia sido formulada por Lobo, da existência de dois partidos sob o regime soviético, e que fora considerada “monstruosa” por Pedrosa e Pintaúde. Lobo explica a sua posição:

“Os camaradas que classificaram de desvio monstruoso a minha opinião sobre a existência de dois partidos na URSS não conseguiram me comover. Quero chamar a atenção dos camaradas para o seguinte: estamos tratando de uma questão muito séria, da qual dependem os destinos da Revolução por muitos anos. Nós já estamos cansados da demagogia da burocracia, usando de uma fraseologia revolucionária para esconder uma política contrarrevolucionária. Nós não somos fetichistas e sim marxistas. Numa carta que dirigiu aos camaradas búlgaros, o camarada Trotsky definiu a ditadura do proletariado muito bem. Ele mostra a importância do Partido no que ele chama uma cadeia que constitui o regime existente na URSS e mostra que o comprimento do elo que é o partido põe em perigo todo o regime. É precisamente isso que está se dando na URSS agora. O partido não existe como partido. Está minado por uma burocracia. Se é uma questão de palavra, eu retiro a expressão de partidos paralelos. [...] O camarada Neif pergunta qual é a contradição na URSS. Há um mundo de contradições. Nós sabemos que a ditadura do proletariado é baseada na união dos proletários a camponeses. Existe portanto o interesse dos camponeses. O camarada Pedrosa reconhece que a burocracia stalinista está apodrecida e é contrarrevolucionária, mas acha que simplesmente porque ela tem nas mãos a bandeira do comunismo, ela representa os interesses do proletariado. O PC russo até agora representou os interesses do proletariado russo. Nós podemos ter a ideia de um

segundo partido, uma vez que a Oposição verificar que o PC russo não representa os interesses do proletariado russo” (*Ibid.*, 1933).

A “Questão da Internacional Comunista” é um dos temas a ocupar os opositoristas. Na Alemanha, o stalinismo havia transformado a questão social num caso de polícia. A enunciação desse fato parecia tornar claro que uma guerra contra a Rússia era um perigo mais imediato do que uma guerra civil, pois para consolidar o fascismo na Alemanha não foi preciso nada mais do que a polícia. Logo, o perigo de guerra contra a União Soviética continuava na Alemanha. No Extremo Oriente, pelo contrário, esse risco era improvável. Mas, em todo o mundo, não se podia mais contar com a atuação da IC para a defesa da União Soviética contra agressões externas. Lobo ressalta que o que aconteceu em todo o mundo, aconteceu na Alemanha, onde o partido era proletário:

“Mesmo ali, o partido já era um cadáver. A IC, hoje, é um vasto cemitério. Cada PC é um cadáver. O que existe de vivo é a OE que foi amputada da IC em todo o mundo. Se ainda não existe uma quarta internacional, é porque existe a tradição revolucionária, que ainda se acha presa à Terceira. A vida do proletariado está atada a essa tradição. Se se inverter o Estado Proletário, a Terceira Internacional naufragará. A IC não é fator de ânimo, mas de desânimo.” (*Ibid.*, 1933).

À sessão de 7 de maio compareceram Xavier, Pedrosa, Rosini, Pinheiro, Lobo, Pintaúde, Matheus, “Lopes”, “Ruivo”, “Neif”, “Luga”, “John”, “Klassekampf” e “Paulo”, camaradas presentes em quase todas as reuniões que se seguiram. Lobo foi designado relator da questão referente ao fato de permanecer a LC como fração ou transformar-se em partido. O relatório que apresenta é, a seguir, resumido.

Para os comunistas o Partido só tinha valor como instrumento da revolução Proletária. Fora daí, não apresentava nenhum interesse. Se isto era verdade, os opositoristas absolutamente não se poderiam impressionar com o simples fato de um partido se chamar comunista. Uma vez que eles reconhecessem que ainda existia na União Soviética a ditadura do proletariado, seriam obrigados a reconhecer que ainda existia a IC. Os opositoristas se colocaram como fração dentro da IC, lutando para a regeneração do Partido, no sentido de se voltar ao regime de Lenin, isto é, ao centralismo democrático. Eles tinham surgido na URSS, em 1923, justamente no momento em que não só uma política errada

reclamava essa atitude dos bolcheviques, como porque começava a ser destruído dentro do Partido o centralismo democrático. No momento da conferência, constatava-se que os quadros do Partido tinham sido renovados por depurações e por elementos novos que entraram já não sob o signo do leninismo mas sob o signo do stalinismo. Ademais, a iminência do desmoronamento do Estado soviético estava coincidindo com o maior acontecimento da história revolucionária depois da revolução russa - a derrota do proletariado alemão. Esses fatos, uma vez que os oposicionistas reconheciam a existência do Estado proletário e uma vez que ainda existia a IC, poderiam indicar aparentemente que eles deveriam continuar com a política de fração, lutando, como pretendia Trotsky, pela democracia interna no Partido. Entretanto, seria um contrassenso admitir que a base do Partido iria se manifestar pela Oposição de Esquerda, ou reagiria contra a burocracia que a dominava. O proletariado revolucionário não mais podia se manifestar dentro da IC como vanguarda. Não existia discussão, existia simplesmente execução de ordens (RELATÓRIO DE ARISTIDES LOBO, 1933).

Na sessão de 8 de maio de 1933, Pedrosa observou que, em 1927, quando a Oposição foi expulsa do Partido, a luta se travou entre a Oposição, que queria acelerar a industrialização da União Soviética, e a direita, que negava as possibilidades dessa industrialização e fazia acordos com os camponeses ricos. Mais tarde, o camponês teve bastante força para esconder o trigo, para que o proletariado fosse rendido pela fome. Isso forçou a burocracia a usar de violência contra os camponeses e por isso ela arrancou algumas páginas da plataforma da Oposição e fez o plano quinquenal. Com os sucessos alcançados nos primeiros anos, a burocracia conseguiu o apoio do proletariado, durante o período de entusiasmo em que se queria alcançar e ultrapassar os países capitalistas. Com o fim do primeiro plano quinquenal, a burocracia percebeu que a massa estava descontente, por causa da contradição entre o plano e os interesses do proletariado. Stálin criou um estado policial e pretendia resolver os problemas econômicos pela força, recorrendo a expurgos dos quadros do Partido (RELATÓRIO DE MÁRIO PEDROSA, 1933).

Nessa passagem, o relatório apresenta uma divergência entre Lobo e Pedrosa. Pedrosa acha que Lobo subestimava o papel da Oposição de Esquerda na URSS. Lobo responde que Pedrosa queria que a Oposição continuasse como fração, apoiando os candidatos do stalinismo e seguindo o partido em sua ação.

Ele, pelo contrário, desejava a transformação da OE num partido. Designado como relator, Lobo apresenta a tese de retirada da Oposição de Esquerda da IC, com base em dez considerações:

“ a) que a linha quebrada do centrismo stalinista, composta de inclinações cada vez menos extensas à esquerda e cada vez mais profundas à direita, evolui no sentido de sua retificação na linha de extrema direita;

b) que a destruição do PC russo como partido torna utópica qualquer reação pacífica da sua base proletária, asfixiada pela burocracia;

c) que a burocracia stalinista prepara o terreno para a reação termidoriana e só se utiliza da bandeira da IC para uma agitação demagógica que mascare essa preparação;

d) que a reação termidoriana na URSS significaria o aniquilamento da obra da Revolução de Outubro e, conseqüentemente, a dominação ulterior imediata do capital;

e) que os stalinistas acabam de coroar as suas traições ao proletariado mundial com a capitulação diante do fascismo na Alemanha, capitulação que excedeu as perspectivas mais sombrias da OE e que equivale a uma capitulação diante da burguesia internacional;

f) que já é tempo de considerar a burocracia stalinista como tendo rompido em definitivo com o internacionalismo proletário e, por conseguinte, com a Revolução Mundial;

g) que a burocracia stalinista realiza, em nome do Estado proletário, uma política internacional de colaboração de classes, de capitulação diante do imperialismo;

h) que só e só a OIE representa, hoje, a III Internacional e, por conseguinte, só ela poderá convocar o VIIº Congresso Comunista Mundial;

i) que o caráter de fração da OE não corresponde mais à nova situação criada pelo acabamento da traição stalinista;

j) que a OE, tendo começado a existir como um núcleo bolchevique-leninista dentro da IC dirigida pela burocracia, desenvolveu-se até ao ponto culminante permitido por sua forma organizatória e se transformou, afinal, embora não formalmente, na própria

Internacional, com a qual deixaram de ter os stalinistas qualquer ligação política” (RELATÓRIO DE ARISTIDES LOBO, 1933).

As considerações acima expõem a visão dos opositoristas de esquerda sobre o problema que enfrentavam relativamente à União Soviética e à IC. Como ocorreu com quase todas as propostas apresentadas por Lobo, Pedrosa votou contra, sendo acompanhado pela maioria dos presentes (*Ibid.*, 1933).

As circunstâncias acima demonstram que as controvérsias entre os dois líderes resultaram de interpretações antagônicas que davam aos rumos da revolução sob Stálin e à posição que os dissidentes brasileiros deveriam assumir relativamente a esses rumos e não a meros choques pessoais.

O dia 9 de maio foi dedicado às “tarefas práticas” da organização. Pinheiro foi o relator da ordem do dia, dedicada a “tarefas práticas”: a edição do jornal e a campanha eleitoral. O relator enalteceu a função do jornal para a Liga: ele fazia propaganda, educava novos quadros, penetrava nos sindicatos, coordenava, ligava os quadros, trabalhando também para a organização. A circulação do *A Luta de Classe* em São Paulo não excedia a 400 exemplares e ele possuía grande número de leitores estrangeiros, pois o grau de cultura social entre eles era muito mais elevado do que entre os trabalhadores nacionais.

Na reunião do dia 10 de maio de 1933, foi apresentado o relatório da atividade da LC e do movimento de tesouraria, dos grupos carioca e paulista. O camarada “Lopes” relata que a região do Rio estava reduzida a um pequeno grupo, de apenas cinco aderentes, e desenvolvia uma atividade condizente com as suas forças, distribuindo material e atuando nos sindicatos. José Matheus, o secretário da região do Rio, foi impedido de prosseguir nos seus trabalhos em virtude de sua prisão, que durou mais ou menos um mês. No dia 7 de abril, “Lopes” foi preso com Matheus, ficando detido por sete horas, enquanto o “camarada secretário” amargou 25 dias de cadeia. Como era este que guardava o arquivo da LC, constando de atas e outros dados da militância dos opositoristas, todo o material foi apreendido pela polícia. O primeiro trabalho que teriam, quando chegassem ao Rio, seria coordenar a atividade e traçar um plano de trabalho prático para a ação da Liga (RELATÓRIO DE “LOPES”, 1933).

“Pintaúde”, também aderente da região do Rio, continua o relatório. No tempo do Grupo Comunista Lenine — diz ele —, quase toda a atividade da Oposição ocorria no Rio. Em São Paulo quase nada havia. Com o movimento

de outubro de 1930, por circunstâncias diversas, a maioria dos camaradas se mudou para a região de São Paulo, o que foi uma grande vantagem, porque em São Paulo havia melhores perspectivas para o trabalho. A região do Rio era topograficamente mais vasta do que a cidade de São Paulo, que era mais concentrada, não só no sentido topográfico como pelo proletariado, o que facilitava o trabalho. Com a mudança dos camaradas para São Paulo, o grupo foi transformado em Liga e a CE para lá se mudou. Com isso, a região do Rio passou a ser dependente. O enfraquecimento da burguesia paulista, com a vitória do movimento de 30, fez com que a situação em São Paulo fosse mais favorável às atividades oposicionistas. A região do Rio ficou reduzida a uns elementos que se nuclearam e ficaram seguindo a orientação dada por São Paulo. Logo no início, os poucos membros do Grupo Lenine se reuniram e muitos deles entraram para a Liga. Mas, com o tempo, verificou-se que muitos deles nada faziam pela organização, de modo que foram automaticamente afastados (*Ibid.*, 1933).

Após a apresentação desse relatório, uma discussão “desordenada e confusa” envolveu a questão sobre o direito de voto dos intelectuais dirigentes do Partido. Com o grande barulho da discussão, houve suspeita de que se tivesse chamado a atenção da polícia, pois vários camaradas ouviram pancadas na porta. Depois de algumas averiguações, a sessão se reiniciou e Lobo propôs que, tendo em vista o perigo iminente, a sessão fosse encerrada, depois de se proceder à eleição da nova CE, para a qual foram eleitos Pedrosa, Rosini e “Paulo”, como membros titulares; Lobo e “John”, como suplentes (*ATAS DA PRIMEIRA*, 1933).

A última sessão da Conferência assistiu à continuação do debate que, no momento, empolgava os oposicionistas: a questão da União Soviética. A discussão se baseou no *Sinal de Alarme* e nas conclusões das *Teses sobre a URSS*, ambos de autoria de Trotsky. O relator designado, Pintaúde, leu os documentos e a sua proposta. Lobo e Pinheiro concordavam que a Liga deveria lançar as palavras de ordem: “Abaixo a camarilha de Stálin! Abaixo a ditadura do aparelho! Viva a ditadura do proletariado!” Em seguida, convocar um congresso extraordinário do Partido, com a participação dos bolcheviques-leninistas e da oposição de direita, com discussão honesta, à base da democracia soviética, e,



finalmente, convocar o VII Congresso da Internacional Comunista, o qual não seria convocado por Stálin.

Lobo entende que a IC já não mais existia como partido internacional do proletariado. Essa posição fora assumida pela Oposição de Esquerda, que vivia na ilegalidade. Durante dez anos, a tática da OE de lutar contra a burocracia stalinista e a favor do centralismo democrático esteve certa. No momento, esse recurso estava esgotado. Todos os melhores elementos já tinham sido expulsos do Partido e deportados. Nessas condições, seria idealismo esperar que uma reação da base do Partido pudesse derrubar a burocracia stalinista. Só quando se desse a derrubada da burocracia poderia renascer a democracia interna. Seria preciso adotar uma nova tática.

A vida da IC estava intimamente ligada à vida do Estado proletário. Sem partido proletário não existia ditadura do proletariado. A base política que ligava todos os fios da ditadura não existia na Rússia e a ditadura do proletariado estava condenada à morte. Mas ainda existiam os restos do governo proletário: os soviets e algumas tarefas realizadas pela Revolução de Outubro. Era nesse sentido que os opositores deveriam aproveitar o que existia e encaixar o partido – isto é, a Oposição de Esquerda – novamente no sistema do governo proletário. Mas isso só se conseguiria pela força. Não existia contradição entre o reconhecimento de um Estado proletário e a insurreição armada. E isso era verdade particularmente na URSS, na qual a ditadura se baseava na aliança entre o proletariado e a pequena burguesia rural. Esse fato tornava possível uma reação termidoriana pacífica ou, em outros termos, um movimento de caráter contrarrevolucionário, mascarado embora por uma época revolucionária. Os opositores, como marxistas, não tinham somente o dever de analisar a situação, mas tinham também o dever de discutir uma tática consequente.

O próprio Trotsky dizia que o partido não existia. Portanto, o proletariado não podia derrocar a burocracia no partido, teria que a derrubar como classe, e como classe o proletariado, na situação em que estava a Rússia, só teria um meio: a greve geral. A análise de Trotsky constatava a existência na União Soviética do *chomage* voluntário, quer dizer, a recusa do trabalho. Sabia-se que operários nas fábricas se recusavam a cumprir as ordens dos burocratas. A burocracia, diante do perigo, tinha medo de qualquer manifestação da oposição.

A má vontade do proletariado contra a burocracia que dirigia o seu estado revelava o crescimento formidável da Oposição dentro da União Soviética.

Lobo rebate as referências de outros camaradas sobre as dificuldades técnicas para a preparação de uma greve na União Soviética, lembrando que ali ainda existia, apesar de muito degenerada, uma ditadura proletária. E uma greve pelo proletariado num país de ditadura do proletariado era uma tarefa muito mais fácil do que a formação de um partido comunista ilegal num país onde existia a ditadura fascista.

A Conferência (aumentada em dois dias, por proposta de Lobo) resolveu que deveria realizar uma conferência sobre a questão agrária e sobre outras questões não suficientemente aclaradas. O caráter de partido da LC foi aprovado em substituição à fração. Naturalmente, os oposicionistas entenderam que a responsabilidade da cisão do comunismo recaía inteiramente sobre a burocracia stalinista, que suprimiu a democracia interna do Partido (*Ibid.*, 1933).

No dia 21 de maio de 1933, ocorreu uma reunião da LC que é, à evidência, a continuação da Primeira Conferência Nacional. Compareceram a ela: Lobo, Pedrosa, Rosini, “John”, “Paulo”, “Neif”, e “Ruivo”. Pintaúde e “Lopes” faltaram por terem voltado para o Rio e Pinheiro e “Max”, por doença. Nessa sessão foi apresentado um relatório, com quadros estatísticos, e se cuidou de questões de organização. Pedrosa e Lobo, aparentemente, resolveram os problemas que os separavam. As propostas de Lobo, rejeitadas anteriormente, recebem votação favorável e Pedrosa é o primeiro a acatar as opiniões do companheiro.

Os oposicionistas passaram à discussão dos estatutos da Liga, relatados por Lobo, os quais (diz o relator) poderiam ser aceitos com algumas modificações, uma vez que depois dos quatro primeiros congressos houve o desenvolvimento de certos pontos, trazidos pela Oposição. Esses pontos são discriminados pelo relatório. Um deles se relaciona à necessidade de adotar comissões idiomáticas em vez de grupos, para o trabalho especial na colônia. Os camaradas estrangeiros não se reuniram em grupo separado, mas trabalharam misturados aos brasileiros, nos grupos locais. Também a definição de centralismo democrático deveria ser mais clara, dando direito aos camaradas, por ocasião das discussões internas, de se ligarem pelo mesmo ponto de vista numa fração,

como já se fazia no sindicato. A organização de uma tal fração facilitaria a discussão e as decisões a serem tomadas.

Mais uma modificação referia-se às mensalidades e aos deveres dos militantes. Os opositoristas deveriam delimitar as funções de cada um, em “deveres dos membros” e “deveres da CE”. Os camaradas da CE, que já viviam sobrecarregados de trabalho, não deviam pertencer aos grupos de base. A CE devia ser considerada também como grupo dirigente.

Com a aprovação da proposta de Lobo de a CE ser formada por sete membros, os opositoristas consideraram: como efetivos Lobo e “John”, anteriormente eleitos para suplentes; como secretariado Pedrosa, Rosini e “Paulo”; e elegeram mais “Klassenkampf” e “Ruivo” para a CE e Xavier e “Lopes” para suplentes (ATA DA REUNIÃO DA LC, 1933).

A Segunda Conferência Nacional (Extraordinária) da Liga Comunista realizou-se em São Paulo, em 1º de outubro de 1933, das 10h às 20h30. A ela compareceram: “Gustavo” (Lobo) e “Novela” (Xavier), da CE; “Abaeté” (José Neves) do GB1-São Paulo; “Andrade” do GB2-São Paulo; “Eloy” (Leite); e os assistentes “Korvinus”, “Frederico”, “Red”, “Waldo” (Abramo), “Juliano” (Pedrosa) e “José” (Matheus).

Em 30 de dezembro de 1933, os opositoristas de esquerda, em sessão de sua Comissão Executiva, discutiram a questão de uma nova Internacional. Nessa ocasião, Aristides da Silveira Lobo, o primeiro secretário-geral da Liga Comunista Internacionalista (LCI), lembra que na Conferência dessa organização, de maio de 1933, ele havia colocado, pela primeira vez e contra o voto da maioria, a questão do rompimento definitivo com o stalinismo e da fundação de um novo partido. Essa questão fora aprovada pela conferência internacional, realizada nos dias 27 e 28 de agosto de 1933, em Paris, pela qual 14 partidos socialistas de esquerda e comunistas dissidentes consideravam-se fora das Segunda e Terceira Internacionais, decidindo pela necessidade de um novo reagrupamento revolucionário da vanguarda do proletariado mundial (DECLARAÇÃO POLÍTICA, 1933).

O fato acima narrado demonstra a atualização de nossos revolucionários acerca da política internacional, precedendo mesmo, como no caso acima, a decisões provindas dos centros diretivos mundiais, desalinhados da linha stalinista.

Como resultado da discussão do dia, os dissidentes decidiram abandonar a Internacional Comunista e seguir nova orientação, encaminhando-se para uma Quarta Internacional, e mudando o nome de Oposição de Esquerda para Liga Comunista Internacionalista (LCI). Como explicação, indicam a necessidade de se adaptarem ao fato, historicamente verificado, de ter sido demonstrado, depois da derrota da revolução alemã e do triunfo do hitlerismo, a falência total e irremediável da IC, escravizada pela burocracia stalinista que impunha a ideia do “socialismo num só país”. A grande antepassada da LCI, a Liga dos Comunistas, fundada por Marx, tinha sido a primeira a despertar na classe operária a consciência internacional, fornecendo-lhe armas teóricas para a sua emancipação. Assim, o parentesco entre as duas Ligas basear-se-ia em princípios iguais: unir os proletários de todos os países para a derrubada da burguesia e o estabelecimento de uma nova sociedade sem classes e sem propriedade privada mundial (*Ibid.*, 1933).

Na mesma reunião, Aristides Lobo traça um quadro sumariado das razões que via na derrocada das ligas internacionalistas. Segundo ele, após a fundação da primeira Liga dos Comunistas, o movimento operário internacional passara por grandes derrotas e grandes vitórias. De início, depois da vitória, foi a derrota da Comuna, que trouxe o desaparecimento da Primeira Internacional e das forças revolucionárias. Em 1914, a Segunda Internacional sucumbiu, vencida pelo oportunismo e pelo social-patriotismo (socialismo nacional). Após a Revolução de Outubro, a Internacional ressurgiu, sob a forma de uma Terceira Internacional, a Internacional Comunista. Mas a Internacional Comunista, cuja tarefa era estender pelo mundo a Revolução, de estender a ditadura do proletariado e o poder dos soviets do solo russo aos outros países, e, em primeiro lugar, aos outros países da Europa, falhara no desempenho dessa tarefa, por causa da degenerescência de sua direção, concentrada nas mãos da burocracia do Estado Soviético.

A União Soviética adotara o princípio do “socialismo num só país”, abandonando o internacionalismo e se recolhendo às fronteiras e aos quadros nacionais. Assim, ocorreu a traição da concepção internacionalista fundada pelo marxismo como instrumento necessário para assegurar a vitória do proletariado e o estabelecimento de uma sociedade sem classes, de uma sociedade verdadeiramente socialista. Mais uma vez, a Internacional pereceu, vítima do

reformismo nacional. A partir desse quadro, era tarefa da Liga restabelecer a direção internacional do proletariado, em forjar o novo partido do proletariado, o partido da revolução mundial, o partido do comunismo internacional (RUMO À IV INTERNACIONAL, 1934).

Mário Pedrosa pronuncia-se igualmente favorável à nova Internacional e ao novo partido na União Soviética, fundamentando historicamente a sua posição: desde a derrocada do partido, na Alemanha, a situação estava madura para a fundação de outro partido. As perspectivas de regeneração da Internacional por meio da revolução na Alemanha desapareceram. A IC só existia na imaginação de alguns. Mesmo o partido francês estava numa completa estagnação. Simultaneamente com essa derrocada, também a Segunda Internacional caíra de podre. As massas de operários do mundo inteiro estavam sem direção. Os opositoristas deveriam preparar o ambiente, o núcleo formador de um outro organismo internacional revolucionário, embora a situação internacional fosse desfavorável. O centro da questão da Quarta Internacional era decidir se havia ou não uma ditadura do proletariado na União Soviética. Trotsky defendia que o reforço da burocracia na União Soviética se convertera em poder policial, em vez de significar o florescimento de uma nova democracia. Antes da subida do fascismo ao poder na Alemanha, a Oposição de Esquerda esperava que a regeneração do partido se fizesse pela via pacífica, pela reforma. Entretanto, desde que a Internacional não interveio, toda a Oposição deveria concordar em formar outro partido, porque a Internacional havia morrido. O programa comunista, adotado nos quatro primeiros congressos, ficaria, como a obra histórica da Segunda Internacional, integrado no movimento operário. Como instrumento político, a IC falhou e não tinha mais força para as massas. O stalinismo era uma forma de transmissão do poder do proletariado para a burguesia internacional. Por votação, os opositoristas decidiram pelo rompimento completo e definitivo com o stalinismo e por uma 4.<sup>a</sup> Internacional como forma desse rompimento (*Ibid.*, 1934).

Como vemos, os dissidentes adotam um método filogenético para explicar as suas posições, enfatizando sempre que seguiam a teoria marxista-leninista, traída por Stálin. De acordo com eles, a organização opositorista de esquerda surgira na União Soviética em 1923, no interior do partido comunista russo. Daí se estendeu aos vários países da Europa e de todo o mundo, contando, em

1933, com 27 organizações e grupos e com uma imprensa que compreendia mais de 36 jornais e revistas em todos os continentes (*Ibid.*, 1934).

Na conferência de Paris, destacou-se uma tendência representada pela LCI e pelas organizações seguintes: *Sozialistische Arbeiter Partei* (Partido Socialista dos Trabalhadores, SAP, Alemanha), *Revolutionair Socialistische Partij* (Partido Socialista Revolucionário, RSP, Holanda) e o *Onafhankelijke Socialistische Partij* (Partido Socialista Independente, OSP, Holanda). Essas quatro organizações concordaram “com plena consciência das responsabilidades históricas” que sobre elas pesavam em trabalhar pela criação de uma nova Internacional, nas bases do marxismo revolucionário e do leninismo “a fim de trabalhar em comum para a regeneração do movimento revolucionário proletário na escala internacional” (*Ibid.*, 1934, p. 8). À base de sua atividade colocaram um decálogo, do qual se destacam, em importância para a seção brasileira da LCI, os princípios seguintes:

“ (...) 2. A tarefa da revolução proletária, na sua própria essência, tem um caráter internacional. O proletariado só pode construir uma sociedade socialista acabada na base da divisão internacional do trabalho e de uma colaboração internacional. Os signatários repelem, pois, resolutamente, a teoria do ‘socialismo num só país’, que solapa as próprias bases do internacionalismo proletário. [...]

4. A III Internacional [...] caiu vítima de uma série de contradições históricas. O papel traidor da social-democracia, a juventude e a inexperiência dos partidos comunistas acarretaram a derrocada do movimento revolucionário de após-guerra no Ocidente e no Oriente. A situação isolada da ditadura proletária num país atrasado deu à burocracia soviética conservadora e nacionalmente limitada uma potência extraordinária. A dependência servil das seções da IC para com os vértices soviéticos acarretou, por outro lado, uma nova série de graves derrotas, a degenerescência burocrática da teoria e da prática dos partidos comunistas, o seu enfraquecimento organizatório, fazendo com que a IC se tornasse cada vez mais não só incapaz de realizar as suas tarefas históricas, como um freio para o movimento revolucionário. [...]

7. A situação do capitalismo mundial, a crise assombrosa que precipita as massas populares numa miséria sem precedente, os movimentos revolucionários das massas coloniais oprimidas, o perigo mundial do fascismo, a perspectiva de um novo ciclo de guerras, que ameaça

destruir toda a civilização humana - tais são as condições que exigem imperiosamente o agrupamento da vanguarda proletária numa nova Internacional. Os signatários se comprometem a contribuir com todas as suas forças para que essa Internacional se forme no mais breve prazo possível sobre os fundamentos inabaláveis dos princípios teóricos e estratégicos lançados por Marx e Lenine. (...)

10. Condição indispensável para um desenvolvimento fundamental dos partidos proletários revolucionários, não só na escala nacional como na escala internacional, é a democracia do partido. Sem liberdade de crítica, de eleição de funcionários de cima a baixo, sem controle sobre o aparelho pelos aderentes, não há partido revolucionário verdadeiro. Asfixiando a democracia interna, a burocracia stalinista asfixiou o Comintern. As exigências da conspiração e as condições ilegais modificam necessariamente as formas da vida interna do partido revolucionário, diminuindo ou suprimindo as possibilidades de largas discussões e eleições.” (IPARTE, p. 9-11).

Os princípios da Conferência de Paris foram veiculados no Brasil a partir de janeiro de 1934, data em que os opositores de esquerda deixaram de se considerar fração do Comintern, para se colocar “como o eixo de cristalização dos futuros verdadeiros partidos comunistas internacionalistas e da futura Internacional revolucionária que há de ser o instrumento histórico da revolução proletária mundial”. O momento era analisado com otimismo, pois demarcaria o reagrupamento da vanguarda revolucionária do proletariado, com a passagem de várias correntes socialistas de esquerda para a bandeira da 4.a internacional. O prefácio à publicação *Rumo à IV Internacional* analisa a conjuntura internacional e a situação do PCB, nos termos seguintes:

“A burocracia soviética, que perdeu completamente a fé nas forças do proletariado mundial, pretende defender a URSS com acordos diplomáticos, pactos de não-agressão e amizade, tratados com potências imperialistas e outras negociações secretas. Mas isto não evitará a luta, nem impedirá a guerra santa do imperialismo contra o primeiro Estado Proletário. Pelo contrário, esses acordos e pactos servem apenas para “limpar” os governos capitalistas aos olhos de sua própria classe operária, facilitando assim a mobilização das massas para a matança interimperialista que nenhum “Comité” Anti-Guerreiro e pacifista poderá evitar. A melhor defesa, a única defesa da URSS se encontra no movimento revolucionário do proletariado internacional. Mas uma política revolucionária internacional só pode

ser conduzida por uma Internacional que não seja subordinada nem à burocracia soviética, nem à burocracia reformista, por uma Internacional que não tenha compromissos com Estados nem governos capitalistas, que não cale perante os crimes dos imperialistas na China, em Cuba, na Alemanha, nas colônias francesas, na América Latina, etc. E as duas Internacionais atualmente existentes têm esses compromissos e calam covardemente diante destes crimes. No nosso setor nacional de lutas, constata-se que o stalinismo está em adiantado grau de putrefação. O ex-partido comunista está hoje transformado numa seita obscura de desesperados e de lumpenburocratas, que procuram agora em Lampião (*A Classe Operária*, n.o 154, dezembro de 1933) o seu último aliado, ainda mais distanciados do marxismo do que o eram os “populistas” russos da fase terrorista. No Brasil não existe ainda o verdadeiro partido revolucionário do proletariado. É a nossa tarefa imperiosa construir este partido. O núcleo de bolcheviques-leninistas do Brasil é o embrião do novo partido comunista. Em torno de seu programa, comprovado pela experiência histórica e pelas lutas e acontecimentos do movimento proletário internacional, como nacionalmente, a vanguarda da classe operária do Brasil há de se organizar para cumprir a sua gigantesca missão histórica. Pelo novo partido comunista internacionalista do Brasil, pela IV Internacional!” (PREFÁCIO, 1934, p. 7).

Em 23 de março de 1934, os opositores reuniram-se extraordinariamente para a discussão da tese “A IV Internacional e a Guerra”. Lobo (“Frederico”) lê a crítica que fizera sobre o assunto, intitulada: “Contra uma nova forma de social-patriotismo”. A ideia inicial desse documento é que a política do socialismo num só país, segundo a qual as contradições decorrentes do isolamento da URSS poderiam ser vencidas fora da arena da revolução mundial do proletariado, havia de conduzir necessariamente, mais cedo ou mais tarde, a uma política de colaboração da burocracia soviética com a burguesia exterior. Sem um partido revolucionário dotado de uma justa direção, a contradição entre o caráter mundial da economia capitalista e o desenvolvimento de um Estado socialista isolado só poderia encontrar uma resolução dialética favorável ao sistema social dominante internacionalmente, isto é, à burguesia e não ao proletariado.

A burocracia stalinista, pelo seu próprio caráter de casta parasitária dominante num Estado proletário e ao mesmo tempo envolvida pelo universo capitalista, havia de determinar a sua política, tendo em vista sempre a sua auto-



conservação, pelas variações da correlação das forças sociais, isto é, pelos fluxos e refluxos do movimento revolucionário. Daí o empirismo da política centrista da IC, cujas consequências foram as inumeráveis derrotas do proletariado em todo o mundo e, mais particularmente, a vitória do fascismo na Alemanha. A derrocada fragorosa da IC e a extrema degenerescência do regime soviético foram os resultados inevitáveis dessa política criminosa.

As teses presentes em “A IV Internacional e a guerra” chegavam a uma conclusão contraditória e, a juízo de Lobo, errônea, quando examinaram a possibilidade de uma guerra da União Soviética aliada aos Estados Unidos contra o Japão. Segundo as teses, mesmo que essa hipótese se verificasse, a palavra de ordem de “defesa da União Soviética” deveria continuar de pé. Lobo pensa que uma tal conclusão, levada à prática, viria quebrar a espinha dorsal do internacionalismo revolucionário. Essa afirmação só poderia ser tomada, no mínimo, como uma nova forma de social-patriotismo. A defesa da União Soviética só seria concebível com uma completa independência da vanguarda internacional em relação à política da diplomacia soviética, com a completa liberdade de desmascarar os seus métodos nacional-conservadores, que se chocavam com os interesses da revolução internacional e, por isso mesmo, com os interesses da própria União Soviética.

Como conclusão, Lobo propõe que no caso de uma guerra da União Soviética isolada contra o imperialismo, a palavra de ordem de defesa da União Soviética deveria estar ligada à propaganda e à agitação de que a burocracia stalinista, como previra Trotsky respondendo a Stalin, seria incapaz de dirigir a batalha contra o imperialismo e, por isso mesmo, seria preciso derrocá-la. A seu ver, os opositoristas deveriam ter para com Stálin a mesma atitude que Lenine aconselhara, em 1917, para com Kerensky:

“A política nefasta da III Internacional, exatamente como prevíamos, levou o Estado proletário ao desmoronamento. A Rússia não passa, agora, de mero instrumento do imperialismo. É preciso recomençar tudo de novo. Não há motivo para desânimo. Do mesmo modo que a experiência da Comuna serviu de base à luta do glorioso partido bolchevique chefiado por Lenine, assim também a recordação e a experiência da Revolução de Outubro viverão na memória e nos corações dos trabalhadores de todos os países e servirão de base à luta final que dará a vitória ao proletariado sobre a burguesia. Sob a bandeira da IV Internacional, chefiada pelo camarada Trotsky, os

operários do mundo inteiro saberão unir-se e marchar corajosamente para a conquista do poder político. Pela transformação da guerra imperialista em guerra civil!” (LOBO, s/d).

Pedrosa retomou as ideias de Lobo: dentro das condições do movimento internacional do proletariado, a guerra era inevitável, isto é, sem a restauração das forças revolucionárias, ela seria dentro em pouco um fato consumado. Essa restauração, porém, só poderia ser conseguida com a fundação da IV Internacional que, por sua vez, só poderia evitar a guerra por meio da revolução proletária. O dever de todo marxista internacionalista era preparar-se para as piores eventualidades. Ou a IV Internacional seria, dentro em pouco, uma realidade, ou a catástrofe seria irremediável, este seria o dilema que deveria ser posto com toda a clareza.

Depois de alguma discussão entre Lobo, Pedrosa e Abramo, o primeiro apresentou uma proposta de resolução na qual a Liga Comunista Internacionalista condenava os pontos das “Teses” que colocavam como posição de princípio, em relação à defesa da URSS, a possibilidade desta entrar numa guerra interimperialista sem modificação no conteúdo de classe do Estado soviético. O segundo ponto da resolução propunha que a vanguarda comunista-internacionalista colocasse, na propaganda e na agitação, a necessidade de uma frente única (governo de coligação) dentro da URSS, no caso de guerra, como única forma capaz de salvar o Estado proletário (PROPOSTA DE RESOLUÇÃO, 1934).

Mário Pedrosa apresentou um diagnóstico das Internacionais: a Primeira e a Segunda morreram de morte natural, mas a Terceira fora morta propositalmente. Nessas circunstâncias, a Quarta herdara a tarefa de ser a continuadora do internacionalismo. Com exceção do trotskismo declarado, afirmou, os demais movimentos não stalinistas não assumiam esta perspectiva. Assim, os autoproclamados trotskistas passaram ao isolamento e essa foi a sua maior dificuldade: em toda parte, até nas prisões, eram tidos como “execrados”. O movimento era assim apenas um movimento de resistência, sem nenhuma vitória. O argumento que mais pesou no sentido de fundar a Internacional foi o de que o objetivo da polícia e dos stalinistas era exatamente o de que a IV não fosse fundada. Então os trotskistas resolveram fundá-la com data marcada.

(Entrevista de Pedrosa, 1979). A fundação da Quarta Internacional, com um programa escrito por Trotsky, ocorreu em setembro de 1938 (*Ibid.*, 1978).

No âmbito da nova política revolucionária, os dissidentes declaravam ser obrigados a partir da contradição histórica entre o papel progressivo do Estado Soviético e o papel reacionário da burocracia stalinista como ilustração da “lei do desenvolvimento desigual”. O partido comunista da União Soviética não passava de um aparelho de administração nas mãos de uma burocracia descontrolada. Na boca da IC, a defesa da União Soviética tornara-se “uma frase de ritual, sem conteúdo”. A direção da IC se encobria atrás de “indignas comédias da espécie do Congresso Anti-Guerreiro de Amsterdã”. A nova correlação de forças deveria “enfraquecer a ditadura da burocracia, fortalecer os bolcheviques-leninistas no interior da União Soviética e abrir para a república dos trabalhadores em conjunto uma perspectiva incomparavelmente mais favorável” (*Ibid.*, 1978, p. 15-18).

## Conclusão

As dissensões ocorridas no Partido Comunista Brasileiro acompanharam os ritmos internacionais, expressos em congressos e conferências, mas foram, também, produtos da história das lutas partidárias no Brasil. A partir de 1928, os embates entre Stálin e Trotsky resultaram em cisões no PCB. Inicialmente organizados como Oposição de Esquerda, os dissidentes tentaram reentrar no PCB, a fim de reconduzi-los às vias revolucionárias que consideravam verdadeiras. Nesse mesmo ano, as discussões sobre a ingerência da Terceira Internacional na luta revolucionária brasileira foram denunciadas pelos trotskistas, levando-os à categoria de renegados do partido. Após a expulsão de Trotsky da União Soviética, os aderentes da Liga Comunista Internacionalista organizaram vários encontros, durante os quais a questão do internacionalismo versus socialismo dominava a pauta das conferências, congressos e reuniões dos trotskistas.

Em 1933, por fim, os dissidentes optaram por saírem da IC, e, meses mais tarde, pela criação de uma Quarta Internacional. Nessa ocasião, consagraram o rompimento com a burocracia dirigente da IC e firmaram o compromisso de

continuarem empenhados na luta implacável contra o adversário de classe e contra os aliados de ontem, estes por terem capitulado diante do fascismo e traído, em consequência, os interesses da Revolução em todo o mundo. Por meio de atas de reuniões, de relatórios de encontros e por documentos reunidos ou produzidos pela polícia política de Vargas é possível acompanhar os passos dessa luta, desde o seu início até o momento em que a repressão de 1935 conduziu à prisão, ao exílio ou à morte quase todos os trotskistas reunidos na primeira de suas organizações no Brasil: a Liga Comunista Internacionalista.

### Fontes primárias

ATA DA REUNIÃO da Liga Comunista Internacionalista. São Paulo, 21/05/1933. *FLBX. CEDEM/UNESP.*

ATAS DA PRIMEIRA conferência nacional da Liga Comunista. São Paulo, 6 a 10 de maio de 1933, 54 pp. datilografadas. *FLBX. CEDEM/UNESP.*

DECLARAÇÃO POLÍTICA de "Frederico" (Aristides Lobo). São Paulo, 30/12/1933. *FLBX. CEDEM/UNESP.*

ENTREVISTA de Mário Pedrosa. *Em Tempo* 94, 13 a 19 de dezembro de 1979. *CEMAP/CEDEM/UNESP.*

\_\_\_\_\_. *O Trabalho*, n. 0. São Paulo, 1.º de maio de 1978.

LOBO, Aristides da Silveira. Resposta a Luís Carlos Prestes. *Boletim da Oposição. Órgão da Liga Comunista (Oposição de Esquerda)*. Ano I, abril de 1931, n.º 2, pp. 1-6. In: *Processo-crime contra Hylcar Leite e outros*, n.º 296, de 27/1/38, v. 1. Tribunal de Segurança Nacional. Microfilme. *FLBX. CEDEM/UNESP.*

LOBO, Aristides da Silveira. *Contra uma nova forma de social-patriotismo*. s/d. *FLBX. CEDEM/UNESP.*

I PARTE: Pela IV Internacional. In: RUMO À IV INTERNACIONAL! Folheto de 61 pp., edições *Luta de Classe*. São Paulo, janeiro de 1934. Em: *Prontuário de Gofredo Rossini*, n. 173.

PREFÁCIO de Rumo à IV Internacional. In: RUMO À IV INTERNACIONAL! Folheto de 61 pp., edições *Luta de Classe*. São Paulo, janeiro de 1934. Em: *Prontuário de Gofredo Rossini*, n.º 173.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO de Aristides Lobo sobre a posição a adotar em relação à URSS em caso de guerra, 1934. *FLBX. CEDEM/UNESP.*

- RELATÓRIO DE ARISTIDES LOBO apresentado à Primeira Conferência Nacional da Liga Comunista. São Paulo, 6 a 10 de maio de 1933. *FLBX. CEDEM/UNESP.*
- RELATÓRIO DE “LOPES” apresentado à Primeira Conferência Nacional da Liga Comunista. São Paulo, 6 a 10 de maio de 1933. *FLBX. CEDEM/UNESP.*
- RELATÓRIO DE MÁRIO PEDROSA apresentado à Primeira Conferência Nacional da Liga Comunista. São Paulo, 6 a 10 de maio de 1933. *FLBX. CEDEM/UNESP.*
- RELATÓRIO DE “PINTAÚDE” apresentado à Primeira Conferência Nacional da Liga Comunista. São Paulo, 6 a 10 de maio de 1933. *FLBX. CEDEM/UNESP.*
- RELATÓRIO DE VICTOR PINHEIRO apresentado à Primeira Conferência Nacional da Liga Comunista. São Paulo, 6 a 10 de maio de 1933. *FLBX. CEDEM/UNESP.*
- RUMO À IV INTERNACIONAL! Folheto de 61 pp., edições *Luta de Classe*. São Paulo, janeiro de 1934. Em: Prontuário de Gofredo Rossini, n.o 173.

### Referências bibliográficas

- ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis. (orgs.). *Na contra-corrente da História, Documentos da Liga Comunista Internacionalista. 1930-1933*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- ABRAMO, Fúlvio. A Oposição de Esquerda no Brasil. In: Abramo, F.; Karepovs, D. (orgs.). *Na contracorrente da História. Documentos da Liga Comunista Internacionalista. 1930-1933*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- ALEXANDER, Robert. *International Trotskyism. 1929-1985*. Durham and London: Duke University Press, 1991.
- BROUÉ, Pierre. Prefácio. A Oposição de Esquerda Internacional. In: ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis (orgs.). *Na contracorrente da História: documentos da Liga Comunista Internacionalista. 1930-1933*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- CHILCOTE, Robert. *O Partido Comunista Brasileiro. Conflito e integração. 1922-1972*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- FERREIRA, Pedro Roberto. *Brasil dos Trotskistas (1930-1960)*. Cad. AEL, v. 12, n. 22/23, 2005.
- KAREPOVS, Dainis. *Nos subterrâneos da luta (um estudo sobre a cisão no PCB em 1937-1938)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH/USP. São Paulo, 1996. Mimeo.
- VINHAS, Moisés. *O Partidão. A luta por um partido de massas. 1922-1974*. São Paulo: HUCITEC, 1982.